

Editorial

Rumo a uma economia do pós-conflito

<http://dx.doi.org/10.14718/revfinanzpolitecon.2017.9.1.1>

*Joan Miguel Tejedor Estupiñán**

Após quatro anos de negociações entre o Governo da Colômbia e a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (Farc-EP), no dia 24 de agosto de 2016, em Havana, representantes de Cuba e Noruega, países fiadores, junto com as partes negociadoras, divulgaram um comunicado conjunto no qual anunciavam aos colombianos e ao mundo inteiro o fim de um conflito de mais de seis décadas e um “Acordo final, integral e definitivo, sobre a totalidade dos pontos da agenda do Acordo Geral para a Terminação do Conflito e para a Construção de uma Paz Estável e Duradoura na Colômbia”¹. Esse Acordo foi ratificado no Congresso da República e logo levado a plebiscito no dia 2 de outubro de 2016, para que os colombianos decidissem a aprovação final para sua implantação (Gobierno Nacional e Farc-EP, 2016).

A pergunta formulada aos colombianos no plebiscito foi: “Você apoia o acordo final para a terminação do conflito e para a construção de uma paz estável e duradoura?” Os resultados mostraram que, de quase 34,9 milhões de pessoas habilitadas para votar, somente pouco mais de 13 milhões (37,46%) participaram do plebiscito, no qual 49,78% de eleitores apoiaram o “Sim”, e 50,21%, o “Não”.

Essa estreita margem de triunfo dos que representavam a oposição do pactuado em Havana também deixou um claro resultado: uma derrota política para a gestão e a imagem do presidente Juan Manuel Santos Calderón e muitas dúvidas sobre a legitimidade do sistema democrático na Colômbia. Em meio de uma campanha cheia de controvérsias e com uma cédula de votação que tinha só duas respostas, 86.000 pessoas não marcaram o voto; outras 170.000 o anularam e, o mais preocupante ainda, mais de 30 milhões de pessoas habilitadas para votar se abstiveram. Além disso, as análises regionais mostraram que grande parte das regiões em conflito votaram pelo “Sim” ao Acordo, enquanto as regiões urbanas votaram pelo “Não” (Registraduría Nacional del Estado Civil, 2016).

Após várias tensões entre as partes, esses resultados levaram a reestabelecer os diálogos, mas agora dando lugar à parte opositora, com o objetivo de chegar a um novo acordo no qual sejam repensados alguns pontos, visto que a oposição argumentava um risco para a institucionalidade democrática colombiana pelos benefícios que seriam outorgados às Farc-EP num processo de pouca legitimidade (Centro Democrático, 2015), ainda quando se considerava que esse Acordo, inspirado em processos de paz como o da Irlanda e o da África do Sul, era um dos mais completos. Apesar da derrota política no

* Mestre em Direitos Humanos e Economista. Editor da revista *Finanzas y Política Económica*, da Universidad Católica de Colombia. E-mail: jmtejedor@ucatólica.edu.co. Endereço de correspondência: Facultad de Economía, Universidad Católica de Colombia, Carrera 13 n.º 47-49 (Bogotá, D. C., Colombia).

1 Os seis pontos negociados no Acordo compreendiam: 1) reforma rural integral; 2) participação política; 3) cessar-fogo e hostilidades bilateral e definitivo; 4) solução ao problema das drogas ilícitas; 5) vítimas e 6) mecanismos de implantação e verificação (Gobierno Nacional e Farc-EP, 2016).

plebiscito, a comunidade internacional decidiu outorgar o Prêmio Nobel da Paz ao presidente Santos por sua gestão nesse processo e como motivação e apoio ao povo colombiano para continuar na busca dessa conquista transcendental.

Depois de quase dois meses de reuniões da nova Mesa de Negociação, no dia 22 de novembro de 2016, apresentou-se como resultado um novo acordo; contudo, houve incerteza diante da postura da oposição sobre este, apesar de incluída a maioria de suas propostas. A isso, soma-se a preocupação dos diferentes setores sociais que, por meio de mobilizações —tanto nas principais cidades do país quanto por redes sociais—, após o plebiscito, deixaram evidenciada a necessidade de conseguir de forma urgente um acordo de paz integral (Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2016).

Finalmente, no dia 30 de novembro de 2016, após quarenta dias de negociação, a maioria de membros do Congresso referendou o novo Acordo apresentado pelo Governo (Gobierno de Colombia e Farc-EP, 2016), em meio de calorosos debates nos quais a oposição continuava manifestando seu descontentamento, embora quase a totalidade de suas propostas tenha sido incorporada (Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2016).

Nesse contexto, é muito claro que a paz depende hoje da forma em que as instituições, as corporações e os cidadãos que conformam o Estado colombiano assumam de maneira integral dois aspectos principais: em primeiro lugar, a transformação e a evolução de uma cultura caracterizada pela violência e pela violação dos direitos humanos², consequência do conflito interno entre o Estado colombiano e as Farc-EP, o Exército de Libertação Nacional (ELN), o Exército Popular de Libertação (EPL) e as quadrilhas; em segundo lugar, a superação da brecha de desenvolvimento econômico e social com relação aos países desenvolvidos e suas principais consequências: altos níveis de corrupção, desindustrialização, vulneração dos direitos humanos (trabalhistas, sociais, culturais etc.) e altos níveis de desigualdade. Além do mencionado, os desafios que representam a globalização e a mudança climática simbolizam os pontos centrais da elaboração de um pacto nacional que permita alcançar uma paz integral, estável e duradoura para a Colômbia, que não se enfoque somente no problema social da violência, mas também dê lugar aos problemas estruturais da economia, da sociedade e do território colombiano em sua totalidade.

Depois dessa reflexão, nós, da revista *Finanzas y Política Económica*, queremos continuar consolidando alternativas a partir da ciência para a solução desses transcendentais desafios; por isso, deste editorial, quero expressar meus mais sinceros agradecimentos a todos os integrantes da equipe da Revista: aos integrantes da Comissão Editorial e da Comissão Científica, à equipe editorial da Universidade, aos nossos pareceristas e leitores, e, em especial, aos autores desta e das anteriores edições, os quais, com sua contribuição, tornam realidade esse projeto e permitem que a Revista seja uma das fontes emergentes

2 Apesar da assinatura do Acordo, continuam sendo assassinados líderes sindicais e políticos, ao que se somam problemas culturais mais profundos que afetam diretamente a integridade de crianças, mulheres, camponeses e comunidades indígenas do país.

de consulta das ciências econômicas na literatura científica colombiana e internacional, a qual oferece livre acesso ao nosso público-alvo³.

Nesse sentido, tenho a honra de apresentar as seguintes pesquisas que, após participarem de um processo de avaliação caracterizado pelo debate científico de retroalimentação entre pareceristas e autores, foram selecionadas por sua contribuição ao conhecimento e à compreensão dos problemas econômicos vigentes. Em primeiro lugar, o artigo “Unsustainable public debt in a European Fiscal Union?”, do professor Gábor Kutasi, da Universidade Corvinus de Budapeste (Hungria); em segundo lugar, “Marketing + internet = e-commerce: oportunidades e desafios”, de Pedro Barrientos Felipa, professor da Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Peru); em terceiro lugar, “Efeitos do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento econômico da Colômbia e do Chile, 1982-2014”, de Armando Lenin Támara Ayús, Lina María Eusse Ossa e Andrés Castellón Pérez, professores da Universidad EAFIT; em quarto lugar, “Tendências do emprego temporário na indústria boyacense, 2000-2013”, dos professores Edilberto Rodríguez Araújo e Lina Marleny López Sánchez, da Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia.; em quinto lugar, “(Re)discutir o federalismo fiscal como instrumento de desenvolvimento social na República Argentina”, de Luciano Rezoagli e Cammarata Marín, da Universidad Nacional del Litoral (Argentina); o sexto documento, “Localização e especialização produtiva regional na Colômbia”, produzido por Henry Antonio Mendoza e Jacobo Campo Robledo, professores da Universidad Católica de Colombia; o sétimo texto, intitulado “Relative efficiency within a tax administration: the effects of result improvement”, dos professores Elena Villar Rubio, Pedro Enrique Barrilao González e Juan Delgado Alaminos, da Universidad de Granada (Espanha), e, em oitavo lugar, o artigo “A comparative review of the role of income inequality in economic crisis theories and its contribution to the financial crisis of 2007-09”, do professor Thomas Goda, da Universidad EAFIT (Colômbia).

REFERÊNCIAS

1. Centro Democrático. (2015). Propuesta Dialogos de Paz sin afectar la Institucionalidad Democrática. Bogotá: Centro Democrático. Recuperado de <http://www.eltiempo.com/contenido/politica/proceso-de-paz/ARCHIVO/ARCHIVO-15490235-0.pdf>.
2. Gobierno Nacional & FARC-EP (2016). Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera. 24-8-16. La Habana. Recuperado de <http://www.urnadecristal.gov.co/sites/default/files/acuerdo-final-habana.pdf>.
3. Oficina del Alto Comisionado para la Paz. (2016). Sistematización opciones y propuestas voceros del no y lo acordado en el nuevo acuerdo. Bogotá. Recuperado de [http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/Documentos compartidos/21-11-2016-CUADRO-Propuestas-y-Ajustes-definitivo.pdf](http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/Documentos%20compartidos/21-11-2016-CUADRO-Propuestas-y-Ajustes-definitivo.pdf).

3 Isso se vê refletido no reconhecimento atingido no âmbito nacional nos últimos quatro anos, o que permitiu que a Revista subisse à categoria A2 da Publindex; no âmbito internacional, foi reconhecida em bases de dados bibliográficas como EconLit, Repec, Econbiz, SciELO, RedALyC, Ebsco, Proquest, ESCI, Index Copernicus e diretórios como DOAJ, REDIB, Dialnet e CLASE.

